

## Cooperativismo

## Novos paradigmas

José Levi Montebelo<sup>1</sup>

**P**OUCO SE sabe ou se discute sobre o papel estratégico desempenhado e que podem desempenhar os profissionais de ciência agrárias na construção da modernidade da agricultura brasileira. Até meados do século passado, por exemplo, o engenheiro agrônomo era um dos grandes responsáveis para superar os entraves à expansão da produção, como por exemplo as técnicas primitivas até mesmo nas culturas de exportação e o exíguo número de pessoas escolarizadas no campo.

Soaria ingênuo olhar somente para a agricultura como meio para a inserção desses profissionais no mercado de trabalho. Durante as últimas décadas, as prioridades dos governos recaíram na aplicação, a qualquer custo, de uma política urbana e industrial no País. Os problemas ligados à produção e distribuição de alimentos emergiram e passaram a ser cruciais. Por tudo ser centralizado no governo federal, as secretarias estaduais não conseguiram desenvolver sua função regulatória e de intervenção,

não tiveram capacidade para sensibilizar a base política urbana.

Sem realizar as reformas necessárias, ficamos cada vez mais atrasados em repensar a relação do Estado e da sociedade com a agricultura. Com isso, importantes questões ligadas aos problemas fundiários e ao emprego no campo ficaram sem respostas. Surgiram as escolas de agronomia e os cursos técnicos, enquanto desapreciam os colégios agrícolas.

Com crises de renda e endividamento crônico, apesar de seu grande crescimento, a agricultura está vulnerável desde a década 90. Muitas propriedades não conseguem acompanhar as exigências e a competição dos mercados. Por mais bem intencionadas, as políticas públicas, sozinhas, não remediavam a situação.

Como as porteiras das fazendas se fecham às contratações, os profissionais, até por questão de sobrevivência, correm para a área do ensino e da extensão. Sobra a questão de como retomar o equilíbrio entre os dois componentes – ensino e extensão – para manter a ponte de contato com o campo.

No caso da agronomia, a diversificação da profissão parece estar no limite. Houve o seu desdobramento em diversas engenharias, em vez da ênfase na especialização. Em outras engenharias e na medicina o modelo foi diferente. O Brasil conta com 150 mil agrônomos, 120 faculdades de agronomia e 320 escolas de tecnologia. Como o número de propriedades rurais chega a 5,6 milhões de unidades, há espaço para desenvolver trabalho, sem aviltamento da renda, mas isso requer qualidade na formação do recurso humano.

Nos próximos números da revista *Agroanalysis*, analisaremos as contribuições que as cooperativas de trabalho podem trazer para ampliar os horizontes de atuação do profissional de ciências agrárias. Entre o Poder Público e a iniciativa privada, elas aparecem como a terceira via. ■

## Inserção no mercado de trabalho

Passamos por fortes mudanças nas formas de gestão, na desregulamentação das leis trabalhistas e no surgimento de novas categorias de trabalhadores. Tudo isso acarretou alterações de conteúdo na conexão cidade e campo e, consequentemente, na ação política dos trabalhadores envolvidos no processo.

Tivemos a modernização das propriedades, o fortalecimento da vocação exportadora e a formação dos complexos agroindustriais. Houve uma estreita vinculação com as atividades comerciais e financeiras e os setores agropecuário, industrial e financeiro. Assim, enquanto o agronegócio se consolida de forma rápida no País, o profissional de ciências agrárias fica à margem do processo e não consegue contribuir para dar uma montagem estrutural e organizacional ao setor primário. Enfim, dar à agricultura força, em termos de tecnologia e gestão, para se integrar às cadeias produtivas.

Então, o desafio está em discutir a questão da empregabilidade sem cair na defesa corporativista. Determinado por diversos fatores, o fenômeno é complexo. Existem variáveis de natureza humana, cultural e social, assim como aqueles relacionados à educação, escolaridade e idade.

Nos anos 60 e 70, o mercado absorvia os profissionais formados e não exigia maiores qualificações. O Brasil vivia sua Revolução Verde com a introdução de insumos modernos e a mecanização no campo, via crédito rural. Hoje em dia, o grau de exigência é bem mais alto. Os valores na busca por profissionais são outros. A sonhada estabilidade e a passividade diante do mundo globalizado e competitivo das grandes corporações ficaram fora da realidade.

A empregabilidade exige do nosso profissional aprendizado contínuo e adequação às novas exigências, o desenvolvimento de habilidades para torná-los necessários nos elos da cadeia produtiva. É nessa visão que devemos tratar a integração entre aqueles que trabalham na pesquisa, no ensino e na extensão em prol do desenvolvimento da agricultura e do agronegócio.

<sup>1</sup> Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Engenheiros Agrônomos e demais Profissionais de Ciências Agrárias do Estado de São Paulo.